

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**Expeça - se**

**Publique - se**

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Neste dia 31 de março de 2021 assinala-se o Dia Internacional da Visibilidade Trans, procurando esta efeméride celebrar e normalizar a experiência de vida das pessoas transgénero e transsexuais, que são, ainda, alvo de preconceito e discriminação.

Se Portugal avançou significativamente ao reconhecer, através da Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto, a autodeterminação de género, tendo-se eliminado no Orçamento do Estado de 2020, por proposta da Juventude Socialista, os emolumentos para mudança de sexo no Registo Civil, devem reconhecer-se ainda lacunas significativas do ponto de vista dos cuidados de saúde.

O desconhecimento de muitos profissionais de saúde sobre as múltiplas e ricas identidades sexuais e de género não-cis resulta muitas vezes em cuidados de saúde deficientes. Deve notar-se, por exemplo, que Portugal dispõe apenas de uma Unidade de Reconstrução Génito-Urinária e Sexual (URGUS) em Coimbra, à qual acresce uma outra equipa multidisciplinar para atendimento de pessoas trans no Hospital de Santo António, no Porto, estando pendente a organização de semelhante equipa em Lisboa.

Esta rede incipiente de cuidados de saúde resulta em longas filas de espera, particularmente assinaláveis no caso das cirurgias de redesignação sexual, as quais perpetuam a disforia de género e empurram as pessoas trans para a assunção de custos exorbitantes para os mesmos procedimentos no setor privado. Urge, por isso, criar uma lista de espera exclusivamente para pessoas trans nas URGUS e enquadrar os procedimentos de redesignação sexual, incluindo terapias hormonais, como de realização prioritária e urgente, no contexto dos tempos máximos de resposta garantida.

Importa igualmente assegurar que as URGUS, existentes ou a constituir, dispõem de endocrinologistas para apoiar na utilização de terapias de hormonas durante a puberdade e que o SNS revê os seus procedimentos de forma a assegurar que as pessoas trans não são impedidas de aceder a consultas, tratamentos ou terapêuticas que, por norma, se destinam a um outro género (e.g. acesso a ginecologia para uma pessoa trans FTM).

Assim, ao abrigo das disposições legais e regulamentares aplicáveis, os Deputados abaixo-assinados vêm questionar a Senhora Ministra da Saúde:

- Qual o atual ponto de situação do ponto de vista da redes de consultas e cirurgias para pessoas trans? Pretende o Ministério da Saúde aumentar essa rede? Está prevista a expansão dessa rede para Lisboa?
- Poderá o Governo incorporar, no contexto da formação específica de profissionais de saúde, módulos específicos de forma a universalizar o conhecimento sobre a saúde trans?
- Que outras medidas está o Ministério a tomar para assegurar um nível adequado de acesso das pessoas trans a cuidados de saúde, tanto do ponto de vista do acesso como da qualidade dos cuidados?
- Considera o Governo criar uma lista de espera para pessoas trans nas URGUS?
- Vai o Governo dotar as equipas multidisciplinar para atendimento de pessoas trans de endocrinologistas?
- Pensa o Governo reclassificar os procedimentos de redesignação sexual como prioritários no contexto dos tempos mínimos de resposta garantida?
- Vai o Governo rever os regimes de acesso a consultas no SNS para permitir a pessoas trans o acesso a cuidados de saúde que, por norma, são do sexo oposto?
- Que outros desafios identifica o Governo para melhor assegurar o direito a cuidados de saúde por parte da comunidade trans?

Palácio de São Bento, 31 de março de 2022

Deputado(a)s

MIGUEL DOS SANTOS RODRIGUES(PS)

MIGUEL MATOS(PS)

PEDRO ANASTÁCIO(PS)

EDUARDO ALVES(PS)

TIAGO MONTEIRO(PS)

EUNICE PRATAS(PS)

FRANCISCO DINIS(PS)

JOANA SÁ PEREIRA(PS)

ISABEL ALVES MOREIRA(PS)